

RUI LEÃO MARTINHO, BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ECONOMISTAS

Turismo pode abrir caminho ao desenvolvimento nos Açores

Rui Leão Martinho, bastonário da Ordem dos Economistas, vê no turismo uma das galinhas dos ovos de ouro para os Açores. Ao DI falou ainda sobre a situação económica do país.

A DELEGAÇÃO DOS AÇORES DA ORDEM DOS ECONOMISTAS INICIA, AGORA, MAIS UM MANDATO. QUE BALANÇO FAZ DA ATIVIDADE DO ORGANISMO NA REGIÃO? Nós tivemos, em dezembro passado, eleições. Pela primeira vez na Ordem dos Economistas as eleições foram simultâneas ao nível nacional e ao nível das delegações regionais – no norte, no Algarve, Madeira e Açores. A delegação nos Açores é bastante importante para nós, primeiro porque alberga um número importante de membros que estão espalhados pelas várias ilhas; segundo, porque ela é muito participada, quer quando precisamos de organizar as listas para os órgãos sociais, quer quando fazemos sessões. Há uma questão que tem que ver com a divisão pelas várias ilhas, que não se compara à situação da Madeira ou do continente, pelo que temos que repartir – e a delegação faz isso bem – as atividades. O trabalho da delegação começou logo no início da constituição da Ordem, que neste momento tem 16 anos – é das ordens profissionais mais recentes – e sempre tentou fazer aqui o mais possível por corresponder àquilo que os membros possam crer, ou seja, ou discutir questões prementes, quer locais, quer nacionais, que atravessam a sociedade, quer noutro tipo de atividades que a Ordem vê que possam corresponder aqui àquilo que os membros necessitam. O trabalho tem sido feito de tal maneira, penso que acertadamente, que nesta nova eleição de dezembro, o dr. Ricardo Madruga voltou a ser o primeiro responsável da delegação, mais todos os colegas do secretariado a quem a Ordem também deve muito trabalho, dedicação, e esperamos poder contar com eles durante este triénio que começa agora e vai até final de 2017.



FOTOGRAFIA PEDRO ALVES/01

BASTONÁRIO “Nós não podemos continuar a ser um dos países da OCDE com maior carga fiscal”

ESTAS ATIVIDADES, COMO A CONFERÊNCIA DAS FURNAS OU A CONFERÊNCIA COM O ANTIGO MINISTRO DA ECONOMIA, TEIXEIRA DOS SANTOS, RESPONDEM A NECESIDADES ESPECÍFICAS DOS ECONOMISTAS AÇORIANOS?

Em parte poderão corresponder, mas também vão para além disso. Os Açores, a Madeira e mesmo o continente estão isolados. Primeiro temos a integração na União Europeia, depois a questão global, porque estamos num mundo global e, portanto, há aqui problemas que às vezes parecem locais, mas que transcendem a localização e que são mais alargados e mais profundos. A Conferência das Furnas é para nós um ponto muito importante. Penso que a delegação regional dos Açores tentou fazer, e bem, um acontecimento que possa ter repetição... Há todas as condições para ser reeditada, com outros intervenientes, com outros temas.

A ORDEM DOS ECONOMISTAS TEM UMA ESTRATÉGIA ESPECÍFICA PARA OS AÇORES OU A REGIÃO VAI SEGUIR UM PLANO NACIONAL?

A Ordem, em termos gerais, tem como um dos objetivos principais, até desta candidatura que foi sujeita a eleições em dezembro, fortalecer

ainda mais a profissão de economista, dignificá-la e desenvolver as atividades no sentido daquilo que as delegações regionais sentem que é mais importante para os membros nessas regiões. Ora, aqui, e a propósito da Conferência das Furnas, vai ser a delegação dos Açores que terá o primeiro papel a definir o que é que aqui se vai realizar, o que é que interessa. É uma conjugação, como tem sido sempre, das delegações regionais com a organização nacional da Ordem, mas muito dirigida para os interesses da Região.

E QUE CAMINHO TEM SIDO SEGUIDO PELA ORDEM DOS ECONOMISTAS? COM QUE DESAFIOS SE CONFRONTAM, NESTE MOMENTO, OS PROFISSIONAIS QUE INTEGRAM A ORGANIZAÇÃO?

A Ordem, neste momento, tem cerca de 14 mil membros, com uma idade média de 40 anos, o que é bastante bom. Uma grande maioria de membros – diria que cerca de dois terços – vêm da área da Gestão ou da área das Finanças. O que é que preocupa os membros? Em primeiro lugar, discutir a situação em termos atuais, o que é que se está a passar, o que é que se pode vir a passar no curto prazo, quais são os grandes desafios

que a própria sociedade, e sobretudo a sociedade portuguesa, pode vir a ter, e, também, a grande preocupação com o crescimento. Estamos ainda dentro de um regime que podemos dizer que é de continuação de alguma austeridade e o problema é que para sairmos dessa situação precisamos de crescer e precisamos de atrair capital, investimento direto produtivo. Esse é um ponto fundamental que preocupa as pessoas que discutem estes problemas, que também preocupa os membros da Ordem, daí que tenhamos um Think Tank, que é a Missão Crescimento, que sobre este ponto do crescimento, sobre a questão de como atingir os meios e o que fazer, tem, efetivamente, feito muito trabalho e continuará a fazer. Outra questão é a do emprego. Nós temos uma bolsa de primeiro emprego, de estágios e de emprego em geral, que queremos ampliar com as várias empresas que fazem recrutamento a nível nacional. Não temos um problema dramático, ainda, na profissão, mas claro está, é sempre bom que os membros possam ter possibilidade de saber que pode haver alternativas, pode haver escolhas. Em terceiro lugar, lançamos agora o e-learning, que é

um processo de formação constante dos membros e que penso que será interessante, sobretudo para os membros que estão mais afastados dos centros continuarem a ter formação muito atualizada sobre matérias como marketing, áreas comerciais ou áreas financeiras.

FALAVA DA NECESSIDADE DE ATRAIR CAPITAL E INVESTIMENTO DIRETO PRODUTIVO. O PAÍS ESTÁ, NESTE MOMENTO, PREPARADO PARA ISSO? ESSE PROCESSO JÁ DÁ PASSOS SEGUROS?

O país tem que estar preparado para atrair capital e para atrair, sobretudo, investimento direto produtivo, porque neste momento temos talentos, ou seja, temos uma preparação melhor do que tínhamos há 20 ou 30 anos, temos as tecnologias, as vias de comunicação. Os processos burocráticos têm vindo a ser simplificados e terão que ser simplificados ainda mais. Portugal está em concorrência com todo o mundo que quer atrair, exatamente, esse investimento direto produtivo; temos que fazer um esforço, esforço da diplomacia económica, esforço dos mecanismos estatais como o AICEP, esforço da sociedade civil, esforço das Câmaras de Comércio. Com investimento direto produtivo, com a instalação de novas unidades em Portugal, também se cria emprego, e nós precisamos de criar emprego, não só pela taxa de desemprego elevada que temos, mas também porque efetivamente há que aproveitar esses talentos de pessoas que estudaram, fizeram as suas carreiras e, portanto, precisam de pôr à prova aquilo que aprenderam.

QUE POTENCIALIDADES PODE O PAÍS APRESENTAR, PARA QUE AS EMPRESAS VENHAM AQUI INSTALAR-SE?

Há vários caminhos, consoante aquilo que se pretenda atingir. Há anos atrás, com o investimento da AutoEuropa, Portugal estava em grande concorrência com outros países. Apesar de tudo, conseguiu-se mostrar que Portugal seria mais vantajoso e o investimento veio. Não estou a dizer que todos os investimentos são da AutoEuropa – todos são bem-vindos, desde que sejam produtivos, desde que sejam, por exemplo, da parte dos bens transacionáveis, que nos ajudem a fabricar para exportar ou para substituir importações. Nestes domínios temos de utilizar todas as vias que eu atrás dizia: as oficiais, as diplomáticas, as das Câmaras de Comércio, que são muito conhecedoras de cada país, e depois dos próprios empreendedores, até nacionais, e procurar outros estrangeiros na tentativa de os aliciar para projetos que às vezes os nacionais têm, mas não têm capital.

ESSE É O CAMINHO A SEGUIR, O DO EMPREENDEDORISMO, DA INOVAÇÃO, DO APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PMES)?

As pequenas e médias empresas são o tecido, não só em Portugal, mas no resto da Europa. Há um grande número de PMEs que já passou todo um processo em que desenvolveu a produção, o fabrico, a venda; há outras que poderão ocupar espaços que estão ainda vazios em alguns setores. Há um trabalho de campo que é preciso fazer, que é o de dar a perceção externa de que nós estamos preparados em comunicações, em telecomunicações, em preparação e formação do pessoal, dos trabalhadores, no quadro legal, no quadro laboral, e ter um quadro fiscal bastante amigável. Neste momento, alterou-se o IRC, que terá algumas alterações nos anos seguintes, diminuindo, e teremos que progredir ainda, para sermos concorrentes com outros países em que o IRC é quase indiferente. Depois temos, no entanto, outros impostos. Nós temos uma grande carga fiscal que é preciso diminuir, também no que diz respeito às pessoas físicas; houve um excesso de carga fiscal e nós não podemos continuar a ser um dos países da OCDE com maior carga a esse nível. Temos que encontrar um nível razoável que permita às pessoas trabalharem, terem as suas remunerações ou os seus ganhos, mas terem dinheiro possível para se sentirem compensadas e, também, para iniciarem poupanças.

DE QUE FORMA PODERÁ O ESTADO CONPENSAR ESSA PERDA DE RECEITAS, CASO A CARGA FISCAL VENHA A SER DIMINUÍDA?

Nos últimos anos os orçamentos são feitos tendo em conta as despesas que se pretende realizar; depois vai-se procurar as receitas. Qual é a maior fonte de receita que podemos ter? É a receita fiscal. Ora, nós devemos passar a ter outro tipo de raciocínio que tem que ver com a razoável fiscalidade que deve incidir sobre pessoas físicas, sobre companhias, sobre empresas e, depois, com esse valor, perceber que despesas podemos fazer. Se fizermos isto de uma maneira sistemática e sustentável, reduziremos, em primeiro lugar, os custos, as despesas que normalmente são muito elevadas, e tornar-nos-emos bastante mais atrativos para quem cá está e para quem quer vir, em termos fiscais.

COMO VÊ, POR OUTRO LADO, A SITUAÇÃO ESPECÍFICA DA ECONOMIA REGIONAL AÇORIANA?

Sei o suficiente sobre as duas regiões autónomas para saber, em primeiro lugar, que os Açores, ao longo deste período do pós-25 de Abril, tiveram



LEÃO MARTINHO Açores conseguem ter situação mais equilibrada do que o continente

uma gestão relativamente cautelosa, conservadora, e portanto, conseguiram ter uma situação mais equilibrada do que, por exemplo, o continente. Agora, a crise está cá e é evidente que, embora fazendo parte não só de Portugal, mas da Europa, é mais difícil, em regiões mais pequenas, sobretudo com esta divisão em ilhas, haver aqui, dum momento para o outro, a sensação de que se está a sair desse período de crise e que as coisas estão a melhorar. Mesmo em termos do continente, aquilo a que assistimos, desde que a troika se foi embora, em maio, é que parece que estamos a sair duma doença com uma convalescença longa. É que a austeridade diminuiu alguma coisa, o emprego diminuiu alguma coisa, mas precisam diminuir mais. Que fatores exógenos podem, agora, ser-nos favoráveis? A questão do dólar versus euro, a questão do petróleo e do preço a que ele está nos mercados são fatores com que não se contava e, portanto, poderá haver a possibilidade de termos um fator muito positivo com essas influências. Por outro lado, penso que já há alguns anos que nós batalhamos pela atratividade de investimento direto produtivo, seja estrangeiro, seja da diáspora. Talvez com este batalhar contante estejamos agora a começar a colher o investimento que começa a chegar. Estamos no início do ano, estamos ainda com todas as interrogações – ainda por cima é um ano eleitoral – mas pode ser que no decorrer do ano, com estes fatores exógenos e com algum resultado daquilo que tem sido essa atividade externa de captação de investimento, tenhamos resultados.

DE QUE FORMA É QUE O FACTO DE SER UM

ANO ELEITORAL PODE INFLUENCIAR ESTE PROCESSO?

Influencia sempre. Sabemos que em anos eleitorais há controlos que são um pouco menos rigorosos, há despesas que acabam por se fazer e que se calhar não se deveriam ter feito. O que penso é que tem que haver uma monitorização muito grande das despesas já desde janeiro, e todos os meses ter muito a ideia que tem de se cumprir o que está estabelecido, que é um orçamento de rigor para diminuir o défice, o que também nos ajuda com essas finanças equilibradas, a dar uma ideia de um país que efetivamente é fiável e onde é possível receber capital estrangeiro.

NO CASO DOS AÇORES, QUE POTENCIALIDADES PODEM SER MELHOR EXPLORADAS?

Vocês têm os vossos recursos naturais que são conhecidos de todos e que continuam a ter qualidade e a identificação, não só nos laticínios, não só nos queijos, não só nas indústrias tradicionais. Penso que sobretudo o turismo pode ser ainda mais potencializado. O turismo tem sido não só para Portugal, mas também para a Espanha, para a Grécia – em geral para os países com melhor clima, com melhores condições, com mar – muitíssimo positivo e, portanto, penso que os Açores, dentro de Portugal como um todo, são uma região que ainda pode ser mais conhecida. Nos próximos anos, se for bem orientada a capacidade de atrair um turismo de qualidade, um turismo médio que vem fazer algum consumo, que gosta de explorar estes vários aspetos – o mar, o golfe, as ilhas com a sua diversidade tão grande – penso que será possível ser uma das vias de desenvolvimento.